



1º ENCONTRO NACIONAL
DIVERSIDADE EM ARQUIVOS

João Pessoa-PB
8-11 out 2018

Arquivo, memória e poder: a identificação dos acervos do movimento feminista no Rio de Janeiro

Fernanda da Costa Monteiro Araújo

Docente Adjunta UNIRIO

Elaine Monteiro Ribeiro

Discente do Curso de Arquivologia UNIRIO

RESUMO:

As reflexões apresentadas fazem parte do projeto de pesquisa intitulado “Acervos de movimentos sociais: da produção documental ao acesso” em desenvolvimento na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o qual pretende mapear os acervos disponíveis para consulta no município do Rio de Janeiro no que tange a trajetória e militância do movimento feminista. Esse levantamento tem como resultado final um instrumento de pesquisa com informações sobre o fundo documental em questão como a biografia dos produtores, informações da instituição custodiadora e do acervo propriamente dito. O projeto teve início em março de 2018 e até o momento as pesquisas indicam uma lacuna em relação a esse tema, em especial ao que se refere aos movimentos sociais e Arquivologia. Existem poucos acervos de mulheres protagonistas na militância feminista o que prejudica a compreensão da importância de tal movimento para a trajetória histórica de lutas e reivindicações das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos, Movimento Feminista, Memória

INTRODUÇÃO

Há, ainda hoje, uma forte narrativa sobre o ofício do arquivista como uma função neutra. Desta maneira as discussões sobre poder, memória e função dos arquivos são apresentadas a partir de abordagens filosóficas, e as tensões teóricas mais fomentadas se consolidam no campo dos debates patrimoniais, na museologia, arqueologia e biblioteconomia. O debate sobre o impacto dos arquivos sobre a memória social, cultural e política se apresentam como um campo fértil para reflexões no campo da arquivologia.

O reconhecimento do arquivo enquanto uma instituição e ou ferramenta possuidora de poder é uma discussão latente e pouco explorada. A palavra “arquivo” que outrora fora assimilada a algo velho e distante, há um tempo tem adquirido uma conotação mais central nas discussões sobre conhecimento, memória, poder e justiça.

As reflexões “pós-modernas” apresentam discussões sobre os arquivos enquanto instrumentos que podem influir poder sobre a administração, governos, corporações e afins. Associando assim as reflexões sobre o arquivo e o direito ao conhecimento, sendo esse relativo ao acesso a registros, que exercem poder sobre a legitimidade histórica, a memória coletiva, social e política.

É apresentado por Terry Cook, no ensaio “Arquivologia e pós-modernismo - novas formulações para velhos conceitos.” que estas discussões, postas por ele como “fenômeno teórico e epistemológico”, movimentam as reflexões de diversas áreas do conhecimento, seja a antropologia, linguística, psicanálise, o que diretamente modifica a produção de algumas disciplinas. Jacques Derrida, um dos principais autores das teorias da pós-modernidade na contemporaneidade, trata do sentido e significado do arquivo na sociedade, e aponta como a pós modernidade apresenta uma forte preocupação com a natureza dos arquivos.

É possível refletir sobre como o lastro documental se faz uma representação viva e orgânica que pode expressar um processo histórico, e faz do arquivo um suporte de memória. Os arquivistas, como gestores de arquivos são detentores do poder sobre documentos ligados à memória e identidade e é imputada ao arquivo a

responsabilidade do local testemunhal, que se configura como uma fonte valiosa de informação para pesquisadores, possuindo o poder de viabilizar o desvelamento de lembranças, e conseqüentemente materialização de memória.

Os fatores que levam a escolha do que registrar e preservar, em detrimento de outras informações, ocorre a partir de uma demanda socialmente construída que determina o que será arquivo ou não. Esta seleção e avaliação do que deve ser preservado ou descartado influencia na memória da sociedade. Refletir sobre aspectos históricos e culturais também é importante para entender a natureza dos arquivos enquanto ferramentas de poder, que em seu conjunto são exemplos de lugares de memória social, além dos arquivos em nível individual, a respeito da criação e manutenção dos documentos, independentemente do suporte: cartas, fotografias, vídeos, etc.

O poder do arquivo reflete a mudança dos eventos históricos ocorridos com o passar do tempo: guerras, disputas territoriais, revoluções sociais, etc. A respeito das relações de poder nos arquivos, temos como foco a identidade que pode ser nacional, social, de gênero e racial. Os arquivistas avaliam, coletam e preservam estas noções de identidade justificadas como documentos históricos.

Os arquivos são construções sociais cuja origem está na necessidade de informação e nos valores sociais de governos, negócios e indivíduos no geral. Os arquivos, desde a Grécia Antiga, estão relacionados ao controle do poder, do que será registrado sobre o passado e o que será esquecido. Conforme Maurice Halbwachs (1992) comenta sobre como o ato de recordar fatos passados através de pesquisa histórica não é uma recuperação, mas uma reivindicação do sentido deste passado através de um contexto de conhecimento disseminado.

A arquivologia nos apresenta em sua história uma forte associação com a formação e consolidação dos estados e regimes modernos. Sua ciência se calcifica no diálogo com disciplinas que sustentam as burocracias históricas no mundo ocidental.

Segundo Jacques Le Goff (1986), os arquivos têm sido usados como controle, desde as origens sobre a política no antigo mundo. Os documentos da Segunda Guerra Mundial foram manipulados para enaltecer a guerra e depois forjados para a conveniência de militares. Na área cultural, o arquivo é fonte de conhecimento e necessário para identidade social e pessoal.



Não obstante, Cook nos mostra uma valorosa reflexão sobre as mudanças paradigmáticas que as tecnologias da informação e as nuances da sociedade apresentam refletindo a ciência e o trabalho arquivístico. Desta maneira é importante destacar como o século XXI impõe desafios diretos para as práticas e conceitos já consolidados do campo de conhecimento.

Há a necessidade de olhar o arquivo com uma nova perspectiva em torno da produção e preservação de documentos e como esta mudança impacta a gestão de registros. É importante pensar a relação entre arquivos e sociedades, e sobre como esta relação é baseada em poder: o poder do registro de eventos e ideias; o poder de nomear; o poder de preservação e mediação do arquivo; o poder sobre o acesso, direitos e liberdade; o poder sobre a memória e identidade coletiva e nacional.

Não é novidade que a arquivologia buscou legitimidade em teorias e modelos estatais e no estudo teórico sobre velhos documentos. Esses conceitos foram adotados por praticamente todos os outros tipos de instituições em todo o mundo, incluindo arquivos de coleções particulares. Desta maneira, as provocações que são apresentadas pelos estudiosos contemporâneos promovem uma revisão inclusive sobre os poderes e legitimações associados aos usos e abusos do domínio documental hoje estabelecido. É pensado que não é natural que a responsabilidade de produção de sentido histórico esteja, ainda hoje, sob a direção e limitação apenas dos setores que abarcam os poderes de decisão econômica e política.

Desta forma, é importante atentarmos e aprofundarmos sobre como os arquivos devem ser tidos como patrimônios públicos que preservam a memória da sociedade e que deve ser amplamente difundido. Os arquivos devem servir a sociedade e acompanhar as nuances da mesma, não somente os interesses burocráticos de gestão estatal. “O documento é um sinal, um significante, uma construção mediada e em constante mudança, não um receptáculo vazio no qual atos e fatos são derramados.” (Terry Cook, 2012. Pag.131)

O autor indica que deve haver uma maior responsabilidade por parte dos arquivistas que trabalham em instituições arquivísticas, não só com a gestão documental pura, mas também sobre como ela é conduzida. Os acervos arquivísticos não devem ser constituídos apenas por interesses privados ou ser unicamente fonte de pesquisa de historiadores.

Para entender melhor a relação entre a prática arquivística e as necessidades da sociedade é preciso refletir sobre poder/conhecimento, representação/realidade, história/memória, lugar/identidade e avaliar estas relações de poder que estão inseridas tanto na teoria quanto na prática arquivística e na origem e manutenção dos registros.

O conhecimento se relaciona com a construção dos arquivos, a memória e a verdade, pois os arquivos potencialmente possuem poder para manipular nossas ideias de história, memória e identidade. Os mesmos amparam as produções históricas e ideológicas disseminadas às sociedades e seus indivíduos. Os arquivos são instrumentos de poder de várias entidades: Estado, igreja, corporações, família, público e indivíduo. Este poder pode privilegiar ou marginalizar determinado tipo de categoria. O arquivo então se torna um instrumento de hegemonia ou resistência, pois reflete e constitui relações de poder. Pois arquivos são o produto da necessidade de informação da sociedade, o que reflete a grande quantidade de documentos e sua circulação.

ARQUIVOS FEMINISTAS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A natureza sexista dos arquivos é um exemplo da não neutralidade e objetividade em sociedade. A ocultação de registros de mulheres, também feito por mulheres, é uma citação do patriarcado que subjuga este gênero. O surgimento da profissão no século XIX retirou a narrativa, o fantástico, o espiritual e o feminismo em detrimento do homem que buscava um perfil mais científico, sério, acerca dos arquivos, em meio acadêmico ou administrativo. Estes arquivistas valorizavam seus métodos científicos por serem baseados em fatos ditos como objetivos e neutros. (Schwartz; Cook apud Smith, 1998)

O poder sobre o registro da memória coletiva dos marginalizados da sociedade – mulheres, homossexuais, étnicos, carentes - e suas representação na história depende da avaliação dos profissionais da informação. O recurso disponibilizado para a pesquisa de informações e sua difusão em meios públicos depende do interesse de todos os membros do processo arquivístico. O preconceito, assim como a ignorância e a indiferença são os culpados.

O documento é poder, controla e ordena garantindo um poder simbólico representativo do documento. Sua estrutura técnica, uso e acesso permitem a alguns criar e manter registros, isto fornece a ideia de sociedade privilegiada versus



sociedade marginalizada. Logo, o questionamento é importante, pois desmistifica a ideia de neutralidade e objetividade dos arquivistas. A preferência em se documentar registros do Estado ao invés das minorias.

Desta forma, junto ao sentido historicamente associado a função arquivística, coexiste a necessidade da construção de sentido social, conceituação de Estado e instituições e também construção de memória social. Esse debate tende a ser mais forte nas análises sobre o funcionamento de arquivos públicos ou de financiamento público, que projetam de maneira mais concreta a perspectiva da utilidade pública dos acervos e documentos. Sendo assim quando fazemos uma chamada a reflexão sobre como as mudanças coletivas do século, sejam teóricas ou empíricas se dão no nosso campo de estudo é para buscar a necessidade de pensar sobre como as movimentações socioculturais, influenciam o fazer arquivístico.

Com o objetivo de fortalecer a luta feminina através dos arquivos, a presente pesquisa, até o momento tem nos indicados que os acervos feministas, assim como a trajetória histórica das mulheres, ainda carecem de maior disseminação e conhecimento. Ainda são poucos os acervos feministas encontrados em instituições de guarda, levando-se em consideração apenas os acervos tratados e disponibilizados para consulta.

Algumas instituições possuem documentos importantes sobre essa temática, mas não possuem a preocupação de organizá-los a fim de fomentar a difusão e a propagação de pesquisas sobre o movimento feminista ao longo da história.

Entendemos que tal postura se deve a pelo menos duas hipóteses: a primeira se refere ao fato já identificado, que por vezes, acervos relacionados às mulheres, são “menos importantes”, ou seja, existem outras prioridades ao longo do processo produtivo nas instituições que privilegiam outros tipos de acervos, como os institucionais ou de homens proeminentes. A falta de interesse e de uma política de memória no que se refere a preservação e divulgação de acervos feministas em relação ao Estado e às instituições arquivísticas é um fato que interfere diretamente na construção identitária do movimento, que não se vê representado em seu local social, prejudicando em parte, o entendimento do processo histórico que viabilizou a participação das mulheres na vida política e social do país.



Uma segunda hipótese, é a de que a escassez de acervos feministas em instituições de guarda disponíveis para consultas, também é resultado da ausência de conscientização, por parte dessas mulheres, de que hoje seus documentos pessoais seriam de tamanha importância para a trajetória do movimento. No final do século XIX, início do século XX a produção documental relacionada às bandeiras pelas quais essas mulheres lutavam, era muito mais imediatista do que preservacionista, ou seja, os documentos naquele momento procuravam cumprir uma função específica (seja de divulgação do movimento, de comunicação, ou até mesmo da vida cotidiana dessas titulares).

Nesse sentido é importante trabalhar com duas perspectivas de análise: a falta de política memorial do movimento feminista por parte do Estado e das instituições arquivísticas, mas também a baixa produção documental das militantes, que naquele momento não tinham - e nem poderiam ter - a noção da importância que seus acervos teriam atualmente.

O Arquivo Nacional, no ano de 2017, desenvolveu uma magnífica exposição, intitulada “Mulheres na História” que destaca 26 (dentre os 305) conjuntos documentais privados guardados, onde apenas esses são de mulheres. O que seguindo a nossa perspectiva reflexiva reafirma o sintoma da falta de representatividade feminina em espaços de poder.¹

RESULTADOS

O estudo relacionado aos acervos feministas é cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Até setembro de 2018 foram levantados uma média de 41 artigos sobre Movimentos Sociais; 55 sobre Movimento Feminista e 40 sobre a relação entre memória e acervos. Foram produzidos 7 textos reflexivos sobre a conceituação e trajetória dos Movimentos Sociais, 9 sobre o Movimento Feminista e 3 sobre a

¹ Informações sobre a exposição “Mulheres na história” estão disponíveis no link: <http://www.arquivonacional.gov.br/ultimas-noticias/589-mulheres-na-historia.html>
Último acesso: 10 de setembro de 2018



relação Memória e Acervos. Até o momento foram identificadas 10 instituições de guarda no município do Rio de Janeiro que possuem acervos de mulheres. São elas: Instituto Moreira Sales (IMS) (Gávea); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (Botafogo); Arquivo Nacional (Centro); Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (APERJ - Centro); Arquivo Público do Estado (Botafogo); Fundação Casa de Rui Barbosa (Botafogo); Casa de Oswaldo Cruz (Manguinhos); Biblioteca Nacional (Centro); Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro - Glória)

A Pesquisa in loco (presencial) nas instituições levantadas a fim de observar alguns elementos presentes nos acervos (organização, acondicionamento, acesso, pesquisa) se deu com base em um instrumento de identificação específico (ficha de identificação). Até o momento identificamos os seguintes documentos: Arquivo Nacional - Federação Brasileira para o Progresso Feminino (1922, Berta Lutz); Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE (1962, IPES); Comba Marques Porto; Maria Beatriz Nascimento; Hildete Pereira de Melo; Niomar Moniz Sodré Bittencourt, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Leonor Nunes Paiva e Moema Toscano; CPDOC - Almerinda Farias Gama; documentos avulsos em diversos fundos; Biblioteca Nacional – periódicos feministas; APERJ - Fundo Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade Democrática.

Estamos realizando o levantamento em mais fundos presentes do Arquivo Nacional, assim como no Instituto Moreira Sales e Fundação Casa de Rui Barbosa.

É importante mencionar que com a tragédia ocorrida no Museu Nacional, no último dia 2 de setembro de 2018, a pesquisa não ficará completa, pois a instituição acondicionava importantes acervos como: Anna Timotheo da Costa, Bertha Lutz, Diana Mussa, Helena Volrath, Heloísa Alberto Torres, Imperatriz Leopoldina, India Maria Borba Moreira, Lygia Maria Sigaud, Margareta Luce, Maria da Paz Pereira Manhães, Maria Helena Dias Monteiro, Maria Heloisa Fenelón Costa, Nilo e Lysia Bernardes e Paula Laclette. Ainda não podemos afirmar que essa documentação se perdeu totalmente, mas há fortes indícios de que o incêndio acometeu praticamente todo o acervo do arquivo localizado no museu.

Todos os acervos levantados serão mapeados e pesquisados com base na ficha de identificação mencionada com o intuito de obter informações mais

específicas sobre esses fundos e sua relevância para o movimento feminista brasileiro, em especial carioca.

CONCLUSÕES PARCIAIS

O debate aqui provocado emerge por uma urgência da necessidade de posicionar os estudos sobre arquivologia e questões do âmbito social. Não é um debate inédito, mas apresenta um grande desafio para quem o faz, sobretudo por que a arquivologia é uma área muito calcada em valores e preceitos tradicionalistas. Os debates e autores aqui mobilizados nos apresentam que no momento histórico que vivemos o papel da arquivologia está numa constante revisão e transformação. O ensejo em construir debates da relação entre arquivos e movimentos sociais, apresenta desafios que perpassam noções conceituais, sobretudo no que tange os debates acerca dos novos paradigmas emergentes ao campo de conhecimento.

Historicamente verifica-se que, nos movimentos sociais, a produção de documentos e a contextualização de seu conhecimento são extremamente descuidadas, quer por motivos políticos conjunturais, quer pela falta de entendimento do significado da preservação da memória para as atividades finalísticas de tais organizações. Ao mesmo tempo, apesar de ainda muito incipiente, a documentação produzida pelos movimentos sociais, incluindo o movimento feminista, é semelhante a todas as demais estruturas formais de administração, e por isso acabam por servir exclusivamente as demandas administrativas, não sendo percebidas como ferramentas sociais de valor político fundamental.

Entendemos que o arquivista possui uma missão social de conscientização da condição de silenciamento histórico imposto a esses grupos e da necessidade de trazer a luz esse apagamento através de uma postura crítica. Com essa pesquisa pretendemos proporcionar a abertura de mais um caminho para a construção e preservação desta memória ligada aos comportamentos, às mentalidades e ao cotidiano dos movimentos sociais, dando um passo na direção de uma Arquivologia social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 2004. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 14 set. 2018

BARROS, Dirlene; AMÉLIA, Dulce. **Arquivo e memória: uma relação indissociável**. Transinformação, vol. 21, núm. 1, abril, 2009, pp. 55-61

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). **Centros de Documentação Alternativos: Algumas questões**. Memória. Rio de Janeiro, v.1, n.7, nov.1983.

COSTA, Célia Maria Leite. **Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 32, 2003

COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. SCHWARTZ, Joan M. **Arquivo, Documentos e Poder: A construção da memória moderna**. REGISTRO: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/ Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, v.3, n.3, p. 15-30, Julho, 2004.

COOK, Terry. **Arquivologia e pós modernismo - novas formulações para velhos conceitos**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.10 - 14 n. 1, 1986.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **A organização de arquivos e a construção da memória**. Saeculum. Revista do Departamento de História, João Pessoa, v.1, jul./dez. 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola: São Paulo, 5ª edição, 2006.



GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes , 2013.

GONDAR, J. O.. **Cinco proposições sobre memória social**. Morpheus (UNIRIO. Online), v. 9, p. 19-40, 2016

HALBWACHS, Maurice. **Sobre a Memória Coletiva**, Lewis A. Coser (Ed. E trad.), (Chicago, 1941, 1992), cap. 2

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995

Le GOFF, Jacques. **História e Memória**. tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos 60**. Araraquara: Unesp, 1990, p.107-121.

NORA, Peirre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993, p.14.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2014, Londrina, **Anais...** Londrina: UEL, 2014, p.0-7

POLLAK. Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos. Princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973

